

 Cerca de metade dos moradores da centralidade do Kilamba já comeu a pagar as prestações em atraso referentes a 2015, revelou ao Expanso o porta-voz da Imogestin. Segundo Múcio Guerra, "os pagamentos estão a ser feitos em kwanzas, ao contrário da data de assinatura dos contratos", conforme previsto, e os moradores que insistirem em não entregar as prestações atrasadas "podem ver os seus contratos rescindidos".

"Os pagamentos já não estão indexados ao dólar americano", lembrou o porta-voz, garantindo que "as cobranças serão efectuadas sempre nestes moldes". Quanto aos moradores que continuarem sem pagar nos primeiros meses, disse, "a Imogestin vai rescindir os contratos". A Comissão de Moradores, a Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores (AADIC) e alguns moradores, recorde-se, reuniram em Fevereiro, tendo ficado decidido que apenas seriam feitos os pagamentos das prestações de 2016. De acordo com a AADIC, os moradores não podem ser considerados responsáveis pelas cobranças em atraso por parte da Imogestin, pelo que a empresa responsável pela gestão da centralidade não pode exigir o pagamento nos moldes previstos, ou seja, através da liquidação de duas prestações por mês.

Na reunião, que teve como palavra de ordem "Vamos pagar sim, mas com justiça", ficou acordado que, ao fazerem os pagamentos, os moradores devem referir que estão a liquidar prestações de 2016, devendo ficar com uma cópia do bordereaux do banco entregue à Imogestin.

"A Imogestin faz o Executivo acreditar que os moradores não querem pagar, mas tal não constitui a verdade. Desde o princípio do processo que dissemos que vamos pagar, mas com justiça. Não aceitamos imposições ilegais", lê-se na acta da reunião, a que o Expanso teve acesso. Imogestin recusa bordereaux. De acordo com o coordenador-geral da Comissão de Moradores, Manuel Victoriano, a Imogestin, entretanto, está a recusar receber os bordereaux entregues por quem apenas está a pagar prestações de 2016. No entanto, confrontado com esta afirmação, o porta-voz da Imogestin disse não ter como confirmar, alegando que estas são "questões que têm a ver com a área comercial".

"Os moradores não vão pagar duas prestações mensais, porque a Lei do Arrendamento não o prevê, garantiu ao Expanso Manuel Victoriano, acrescentando que "pela condição social que o País vive, não temos como pagar dois meses de uma vez". Na reunião de Fevereiro, a Comissão sugeriu aos moradores a elaboração de um dossier sobre o problema das prestações em atraso para enviar à Provedoria de Justiça, Tribunal Constitucional, Procuradoria-Geral da República, Assembleia Nacional, Casa Civil e Gabinete do Presidente da República, entre outros.

>

>

Fonte: Expanso, 04 de Março de 2016